

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E AS MEDIDAS PROVISÓRIAS ¹

Silvana Maria da Silva ²

Danielle Regina Bartelli Vicentini ³

O uso das medidas provisórias, instituída pela constituição da República de 1988, com o objetivo de substituir o decreto-lei da constituição anterior, que permitia ao Presidente da República inovar de forma direta no ordenamento jurídico, sem contudo a necessidade de autorização prévia ou apreciação posterior do Poder legislativo. A forma como a medida provisória foi sendo utilizada, instituindo direitos e obrigações para os administrados, ou tratando de outros temas de interesse geral, sem a participação ativa do congresso nacional mantendo por anos a fio assuntos regulados pelas medidas provisórias. Os objetivos pretendidos são de buscar informações sobre como estão sendo utilizadas nos dias atuais e a eficácia da relevância e urgência dessas medidas. A metodologia realizada através de pesquisas bibliográficas, iniciando com a origem histórica das medidas provisórias, com análise do texto constitucional, a definição e importância, do procedimento (relevância e urgência), os limites materiais até sua edição, os limites implícitos à Constituição, a ilicitude das medidas provisórias (análise de julgados). Os resultados esperados através da pesquisa possam contribuir para a reflexão sobre o controle da constitucionalidade das medidas provisórias utilizadas pelo Presidente da República.

Palavras-chaves: decreto ,relevância e urgência, constitucionalidade

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro de Iniciação Científica e de Extensão da FACNOPAR.

² Acadêmica do 8º Período do Curso de Direito da FACNOPAR . E-mail para contato. Silvana_msilva@hotmail.com

³ Orientadora do Projeto de Pesquisa do Artigo Científico de Conclusão do Curso.